

Trabalho doméstico no Brasil: afetos desiguais e as interfaces de classe, raça e gênero

Marta Rodriguez de Assis Machado¹
Márcia Lima²

O documentário *Domésticas*” causa múltiplas sensações. É um cenário repleto de desigualdades e de histórias duras que envolvem pobreza, solidão, violência, preconceitos dos mais diversos, tudo isso costurado por relações de convivência e afeto muito familiares aos olhos de quem vê. Ou seja, é desconfortavelmente familiar.

Não pretendemos neste texto fazer uma análise do filme - o que mereceria certamente autores mais qualificados - mas buscamos enfrentar alguns desafios do tema considerando o significado do emprego doméstico no Brasil bem como as distintas percepções acerca das relações patrões e empregados propostas no filme. Tentaremos nos aproximar de algumas das questões suscitadas pelo documentário no intuito de evidenciar os elementos que marcam a especificidade da subalternidade do emprego doméstico. E que a nosso ver são traduzidos nos desafios de lidar com os problemas sociais ligados às relações de trabalho formadas nesse âmbito.

Isso significa que abordaremos o tema do emprego doméstico no Brasil considerando suas múltiplas faces e ambiguidades diante do nó górdio de três importantes dimensões que circundam as desigualdades no Brasil: classe, raça e gênero.

I - O trabalho doméstico e seu (des)valor

A categoria dos trabalhadores nos serviços domésticos é historicamente reconhecida como o segmento mais inferiorizado do mercado de trabalho. Nele agregam-se pessoas mal remuneradas e principalmente trabalhadores informais, sem carteira de trabalho assinada, nem contribuição previdenciária.

Segundo os dados do censo de 2010, os empregados domésticos agregam quase cinco milhões de trabalhadores. Historicamente esta ocupação sempre foi numerosa no

¹ Professora da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (DIREITOGV) e pesquisadora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP).

² Professora do Departamento de Sociologia da USP e pesquisadora do Centro de Estudos da Metrópole do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEM-CEBRAP).

Brasil e, apesar de sua contínua redução, ainda representa 6% das pessoas ocupadas no país. Os empregados domésticos constituem uma categoria marcada pela baixa escolaridade (60% tem até o fundamental incompleto), com predominância da população negra (61,6%) e majoritariamente feminina (94,4%). No Nordeste encontra-se ¼ desta força de trabalho e quase metade (47%) encontra-se no Sudeste.

Esses dados só podem ser compreendidos se articularmos um conjunto de questões em torno de classe, raça e gênero, que produzem efeitos sociais e históricos, em especial para as mulheres negras, ocupantes "privilegiadas" desses postos de trabalho. Os efeitos dessa articulação são de dois tipos: um tem a ver com a produção de uma classe subalterna de trabalhadores e as mazelas das suas condições concretas de vida; o outro está no campo das representações sociais e da construção da imagem de subalterno, associada tanto à desvalorização do trabalho doméstico e sua tradicional atribuição à mulher, quanto às permanências escravocratas. Dessa forma, pensar em trabalho doméstico não é algo simples, deve necessariamente levar em conta todas essas dimensões, a relação de exploração do trabalho e as relações - materiais e simbólicas - da desigualdade de raça e gênero. A riqueza do filme é justamente a de expor todas elas em sua crueza e complexidade.

É em razão do filme que algo raro acontece: a palavra é “dada” aos empregados domésticos, ainda que a câmera estivesse nas mãos de seus jovens patrões³. Por essa razão, aparece com tanta força justamente a questão da auto-representação. Se olharmos para os relatos dos empregados domésticos no documentário (o que também aparece em estudos anteriores sobre emprego doméstico), percebemos auto-representações ainda muito marcadas pela construção social de uma subordinação muito específica, que caracteriza o trabalho doméstico. E ainda o de um tipo mais peculiar, bastante evidenciado no filme: o de trabalhadores que dormem no serviço. É nessa categoria que vemos acirradas algumas das questões mais problemáticas do trabalho doméstico. Passamos assim por condições de vida invariavelmente precárias, em quatinhos

³ Utilizamos a expressão “na maioria dos casos”, pois nos chamou atenção o silêncio de Lena, que teve a filha Fernanda na casa da patroa e é considerada pela adolescente como “uma irmã mais velha”. Sua história de vida foi reconstruída pela adolescente e sua mãe. Falaremos mais sobre isso no decorrer do texto.

minúsculos, sem privacidade e sem janelas - daí a ironia (sem querer) de Gracinha que comemora o colchão ortopédico e o ventilador que ganhou *de presente* da patroa.

.Chama também atenção que as vidas privadas das(o) entrevistadoas(o) sejam invariavelmente referidas como algo do passado – “antes de trabalhar aqui” - ou como algo que se administra à distância para aquelas que dormem no emprego. Por meio de alguns relatos tristes e sofridos de ausência, em especial como mãe, no próprio lar, notamos as consequências perversas da privação do contato com a própria família e com os próprios filhos.

A baixa auto-estima, o isolamento e a invisibilidade daquelas pessoas, presentes constantemente nos gestos e posturas, são refletidos, dentre vários momentos, no sonho realizado de Dilma ao participar do jantar da família judia; e em tantas histórias de vida que permaneciam escondidas e só mereceram atenção por causa do filme - o que, aliás, é interessante para pensar no seu próprio processo de produção como um mecanismo de transformação e reconhecimento.

Alguns elementos do filme são tipicamente nacionais. Por exemplo, a gritante desigualdade social, traduzida pela sequência de casas que percorre todas as classes sociais e evidencia a brutal disparidade de renda, imóveis e formas de vida. A violência urbana, que atinge prioritariamente a população de jovens negros - que circunda o filme no relato trágico de Gracinha que após meses sem voltar para a própria casa teve seu filho assassinado ou de Vanuza que lida com os problemas de dependência química de seu filho. Tudo inserido no caldo de nossa memória escravocrata - de que falaremos mais adiante. Mas nesse contexto tipicamente brasileiro, o filme coloca em evidência algo muito característico do trabalho doméstico, especialmente dos trabalhadores que moram no emprego: a falta de limites entre local de trabalho e casa; entre público e privado; entre relação patrão-empregado e a construção de afetos em relações tão desiguais.

Esses elementos, tão evidenciados no filme, são da estrutura mesma do trabalho doméstico e é isso que torna essa relação fatalmente injusta. O local de trabalho do(a) empregado(a) é também seu local de moradia. Isso significa que a sua presença constante o(a) coloca na posição de estar sempre à disposição do(a) patrão(oa). O seu local de trabalho é também a casa do(a) empregador(a), o que condena a relação patrão-empregado a um alto nível de personalismo e de mistura entre profissional e pessoal. As

características de cuidado que são da natureza mesma do trabalho doméstico - cuidado da casa, dos filhos, preparo da comida e a presença constante - acabam gerando esta teia imbricada de afetos, que aprofunda essas confusões e ambiguidades. O problema disso é o de colocar o(a) empregado(a) doméstico(a) em uma posição fragilizada e suscetível a abusos, exploração, trabalho noturno, horas extras não pagas e longos períodos sem folgas ou férias. A lógica *ela é quase da família* é perigosa na medida em que o “quase” projeta no(a) empregado(a) uma relação de afeto mas também abre possibilidades para a realização de trabalho sem remuneração. Sua dimensão contratual é obscurecida por eufemismos - como o que aparece na fala de uma das patroas do filme “ela mora aqui e ajuda em casa” - e isso pode também desenfaturar de que se trata de um *contrato* de trabalho em que as partes ocupam posições distintas, têm interesses distintos, há vínculo de subordinação, mas há também limites garantidos pelo direito.

É justamente no momento em que alguma das partes se encontra em posição fragilizada que o direito tem algum papel, tanto na proteção contra abusos, como em transmitir mensagens que revertam esses padrões simbólicos viciados e afetem os limites (ou a falta de) dessas relações. Não é por acaso que justamente o tema das horas-extras e do repouso semanal remunerado foram questões polêmicas na recente Emenda Constitucional (EC) n. 72, que equipara os direitos dos trabalhadores domésticos aos demais trabalhadores rurais e urbanos. Essas normas buscam romper com a lógica naturalizada do abuso, que justamente por ser naturalizada não se envergonha de ser enunciada. Das tantas manifestações contrárias à forma de regulação das horas extras, fiquemos com o exemplo do comentário de Danuza Leão, socialite carioca e colunista da Folha de S. Paulo, que em um de seus textos evoca o direito de uma amiga de pedir um chá às 10h da noite⁴.

Para falar um pouco mais das polêmicas da nova legislação, lembremos também daqueles que evocaram a elevação dos custos envolvidos na contratação de um(a) trabalhador(a) doméstico(a) e o risco de que haja demissão em massa⁵. De fato, a EC garante além do salário mínimo, a obrigatoriedade de recolhimento de FGTS pelo

⁴ Ver o medo o luxo e a pec. publicado em 14 de abril de 2013. Disponível em: <http://arquivoetc.blogspot.com.br/2013/04/o-medo-o-luxo-pec-danuza-leao.html>

⁵ Esse é o relato da socialite paulistana Regina Manssur, em vídeo veiculado na TVig, que afirma estar preocupada com os efeitos da nova legislação, por conhecer muita gente que já demitiu seus empregados domésticos, cf. <http://www.youtube.com/watch?v=URsKrTQI7mg>

empregador, como em qualquer outra relação formal de emprego. Esse argumento, que não por coincidência é semelhante aos que foram articulados às vésperas da abolição da escravidão - o que fariam os escravos libertos largados à própria sorte? - revela a profunda desvalorização do trabalho doméstico. Se ninguém imagina a vida sem a empregada doméstica - "desde que eu me conheço por gente ela está aqui", diz um dos adolescentes do filme - ninguém está disposto a pagar muito por esse trabalho.

Tais representações do trabalho doméstico ajudam a explicar a grande resistência à proposta de equiparação de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores. A Emenda Constitucional aprovada em março pelo Senado - nada mais fez do que estender aos trabalhadores domésticos os direitos básicos dos demais trabalhadores, estendendo a essa categoria 16 direitos de que injustificadamente era privada⁶.

De qualquer modo, é bom lembrar que tal ampliação de direitos acontece em um cenário em que os desafios de eficácia são enormes. Voltando aos números do censo, vemos um dado alarmante sobre a informalidade no setor: apenas 34,2% dos trabalhadores domésticos no Brasil tinha carteira assinada em 2010. Ou seja, embora os trabalhadores doméstico já tivessem alguns direitos garantidos antes da Emenda Constitucional, nem mesmo estes eram observados em razão da informalidade. Este continua sendo o maior desafio para fazer valer ampliação formal desses direitos pela mudança constitucional.

II - Sísifo-mulher, mal reconhecida e mal remunerada

Voltando à questão da desvalorização, dois elementos são centrais para refletir sobre seus porquês. O primeiro está na base da construção do modelo de dominação

⁶ Segundo o Ministério do Trabalho: “Por força da Emenda Constitucional nº 72, de 02 de abril de 2013, foram estendidos aos(as) domésticos (as) outros direitos: relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa; seguro-desemprego; FGTS; remuneração do trabalho noturno superior ao diurno; salário família; jornada de trabalho, remuneração do trabalho extraordinário; redução dos riscos inerentes ao trabalho; assistência gratuita aos filhos e dependentes; reconhecimento das convenções e acordos coletivos; seguro contra acidente de trabalho; isonomia salarial, proibição de qualquer discriminação, proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre ao menor de 18 anos”. Manual do Trabalhador Domestico, p. 6, 2013. Sete deles ainda demandam regulamentação para valerem.

masculina: o trabalho doméstico não somente é exaustivo, desvalorizado e não remunerado, como ele está a cargo das mulheres.

Tudo isso não apenas no plano material, mas com os requintes de desvalorização simbólica e decréscimo de auto-estima. Como dizia Simone de Beauvoir, poucas tarefas se parecem mais com a tortura de Sísifo além dos afazeres domésticos, com a sua interminável repetição: a limpeza torna-se suja, a sujeira é feita limpa, dia após dia. E além de cansativo e interminável, o trabalho doméstico é sempre associado a algo sem sentido e sem refinamento produtivo ou intelectual. Aqui, em ação, também a separação corpo-intelecto, que está na base da exploração capitalista (e também de tantas infelicidades e castrações da sociedade contemporânea, mas isso é assunto para outro texto).

Mas voltando à construção em torno do trabalho doméstico no modelo machista de dominação, um dos seus papéis é também o de consumir o tempo das mulheres de modo não remunerado e assim elas estariam amarradas a relações de dependência econômica, além de privadas da vida pública e política.

Justamente por isso, as lutas por emancipação das mulheres veio acompanhada da discussão da árdua dupla jornada - ou seja, para entrar no mercado de trabalho a mulher teria que dar conta do trabalho fora e do trabalho doméstico. Ou, em países como o nosso, ter uma doméstica ou uma babá.

No Brasil, como em vários países de tradição patriarcal, a ida das mulheres ao mercado de trabalho não veio acompanhada de uma redistribuição dos cuidados com a casa e os filhos. Ou seja, aí é que a contribuição da trabalhadora doméstica é ainda mais fundamental para a emancipação financeira e profissional das mulheres. O triste - do ponto de vista das relações humanas, mas também para a luta feminista - é pensar que as próprias mulheres não conseguem enxergar essa importância. O filme é cheio de elementos que ilustram a falta de reconhecimento e o reforço dos padrões de submissão machista pelas próprias mulheres - isso apenas não é verdadeiro, por razões óbvias, no caso da doméstica da patroa que é também doméstica. Nota-se também a ausência masculina e seu significado. Fora os adolescentes, praticamente só as mães lidam e se relacionam com as domésticas. O que quer dizer que - fazendo ela mesma ou por delegação - trabalho doméstico continua sendo assunto de mulher.

A confirmação dessa regra de gênero é evidente no caso do único trabalhador doméstico homem. Sérgio tornou-se trabalhador doméstico por ter falhado como homem: sem condições financeiras de manter a família, divorciou-se e passou a morar na casa em que trabalha. Sua postura é evidentemente a de alguém humilhado, com a auto-estima destruída. A ocupação do lar é a última chance - já "indigna" - para um homem derrotado que não pode mais ser provedor. Este homem - também vítima dos estereótipos de uma sociedade machista - talvez não saiba que são elas, as mulheres empregadas domésticas, as grandes provedoras dos lares pobres deste país.

Mas para continuar a pensar na desvalorização dessa categoria de trabalhadores não basta apenas a questão de gênero. Temos que considerar as persistências da escravidão.

III. “Esse negócio da mãe preta ser leiteira já encheu sua mamadeira, vá mamar em outro lugar”⁷

O quarto de empregada é algo muito peculiar da história brasileira. Impossível falar desse tema sem retomar à obra de Gilberto Freyre, que ao tratar da miscigenação em nossa sociedade, discute as representações sobre as mulheres negras na formação da sociedade brasileira⁸.

“Da escrava ou sinhama que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolengando na mão o bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal-assombrado. Da mulata que nos tirou o primeiro bicho de pé de uma coceira tão boa. Da que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama-de-vento, a primeira sensação completa de homem”. (Freyre, 1977, p. 283)

Nessas passagens, Freyre constrói, num tom quase mítico, a contribuição da figura da mulher escrava para a sociedade brasileira. Sem aprofundar em seu aspecto violento, Freyre aponta que a predileção por uma atividade sexual com mulheres negras foi desenvolvida neste contato íntimo que se deu no âmbito da Casa Grande. Toda violência de que foi vítima a população negra, principalmente a mulher negra, Freyre atribui ao sistema escravista, que segundo ele, ao lado da monocultura, foi o fator que mais afetou a “plástica social brasileira”. Ainda segundo o autor,

⁷ Trecho da música “Cada macaco no seu galho” do compositor Riachão.

⁸ Freyre, Gilberto. Casa Grande e Senzala. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1977

“Diz se geralmente que a negra corrompeu a vida sexual da sociedade brasileira, iniciando precocemente no amor físico os filhos-família. Mas essa corrupção não foi pela negra que se realizou, mas pela escrava. (...) É um absurdo responsabilizar-se o negro pelo que não foi obra sua nem do índio, mas do sistema social e econômico em que funcionaram passiva e mecanicamente. Não há escravidão sem depravação sexual. É da essência mesma do regime”. (Freyre, idem, 316)

A escravidão da mulher negra foi marcada não só pelo duro trabalho doméstico e de lavoura como também pela obrigatoriedade de exercer funções relacionadas ao gênero: as mães-pretas que amamentavam os filhos da Casa Grande, a satisfação sexual dos senhores, a iniciação sexual dos jovens meninos. Embora este tema não esteja presente no filme, esta representação das empregadas domésticas, descrita por Freyre, ainda é muito recorrente nas telenovelas brasileiras onde frequentemente as mais velhas não têm vida privada, ou seja, ainda são “sinhamas” e as mais novas ainda servem sexualmente aos seus patrões. Neste sentido, cor e condição de trabalho se sobrepõem e o lugar da cor é um lugar de subalternidade. A cultura do serviço doméstico no Brasil é repleta desses resquícios escravocratas. A doméstica é *coisa* que está à disposição do(a) patrão(a) duplamente: por ser mulher e por ser negra.

Mas há também uma diferença muito significativa na construção dessas relações segundo a classe social dos patrões - o que se percebe também no filme. O uso do uniforme, a forma dos jovens falarem da relação, a presença e a relação com as mães dos adolescentes - tudo é bastante diferenciado pela condição de classe da família. A distância nas relações é bem maior nas famílias mais ricas. Embora os jovens tratem as domésticas sempre de forma carinhosa, a única relação de amizade que se constrói de forma igualitária é a de Flávia - cuja patroa é também empregada doméstica - com as crianças de que cuida.

As famílias de classe média parecem conduzir uma relação mais ambígua. Dois casos chamam atenção, o de Lucimar e o de Lena. Ambas vieram do interior, de uma situação rural. Aliás, isso também é algo recorrente no emprego doméstico - acaba sendo um destino óbvio de quem acaba de migrar ou imigrar, o que só acrescenta um elemento à dependência: como migrantes (no Brasil invariavelmente do Nordeste) ou imigrantes (o que é muito mais frequente em contextos norte-americano, europeu e

asiático), elas passam a depender do teto oferecido pelo emprego para se manterem na cidade de destino.

Tanto Lucimar como Lena vieram de uma relação anterior de subalternidade entre as respectivas famílias e a de seus patrões no campo, que foi reconstruída no espaço doméstico urbano. No caso de Lucimar, “amiga” de infância da patroa, a construção da hierarquia gerou um processo de conflito que permaneceu nas entrelinhas. A patroa diz que “a maior dificuldade no começo foi ter que se [me] impor como patroa”. Já Lucimar nomeia este momento de *amadurecimento*. Num tom sabiamente resignado, Lucimar parece estar dizendo que ela aprendeu com a maturidade o lugar que lhe cabia nesta sociedade, como mulher negra de origem pobre. Aqui fica claro como o potencial emancipatório do afeto foi domesticado pela hierarquia.

As dimensões intrincadas da subalternidade do emprego doméstico ficam também muito expostas no caso de Lena. A patroa mostra-se muito dedicada ao cuidar de Fernanda, a bebe, filha de Lena, e chega até a chorar quando pensa que a empregada pode um dia partir, levando junto sua filha. Mas o protagonismo das patroas - a adolescente e sua mãe - ao contar a própria história de Lena - que fica a maior parte do tempo em silêncio, concentrada nas tarefas da casa - deixam dúvidas sobre a harmonia que reina naquele espaço. No final, permanece o incômodo, Lena arruma a casa enquanto a patroa cuida e brinca com sua filha. Aqui, a bebe é aceita no ambiente de trabalho, mas o inegável afeto que a patroa nutre pela filha da empregada acaba como mais uma faceta da privação do direito da mãe negra de ter e nutrir seus próprios filhos.

IV- Plantar o incômodo e lançar uma pergunta ao vento

Enfim, cada uma das histórias mereceria muito mais do que podemos dizer aqui. O que gostaríamos de ressaltar é que todos os relatos do filme estão fortemente marcados pelo entrelaçamento de aspectos de gênero, raça e classe. A maioria das empregadas são negras e mestiças e seus patrões majoritariamente brancos. Não seria por acaso que temos no filme uma única patroa que é empregada (possivelmente negra considerando a cor de seus filhos) e um único empregado homem, fortemente marcado pela humilhação de exercer um serviço doméstico. É justamente isso que dá a dimensão da complexidade do problema social que temos diante de nós: ainda que a proteção

social oferecida pelo direito seja crucial para reverter cenários de abusos, a emancipação dessa classe de trabalhadores depende da luta por igualdade - material e simbólica - de classe, de gênero e de raça.

Se o trabalho doméstico é esse lugar onde se interseccionam todas essas desigualdades e injustiças, talvez seja possível vislumbrar potenciais de reversibilidade desde esse lugar. O fato de que este também é um lugar de afetos não pode ser tomado apenas em sua faceta perversa. Ainda que se construam em bases desiguais e que nem todos consigam enxergar injustiça no sofrimento do outro, a humanização das relações tem sempre o potencial de tornar inexplicável as desigualdades.

Mas a questão não pode ser tratada apenas no campo das relações privadas. Aliás é justamente esse um dos problemas da persistência das injustiças nesse campo: o confinamento das questões domésticas, assim como as de gênero e as da senzala, à intimidade. Por muito tempo, todas elas estiveram fadadas ao espaço privado e portanto à despolitização. Daí a importância do documentário, ao trazê-las a público e suscitar a discussão na esfera pública lança uma potência de mudança.

Além disso, a escolha do diretor por privilegiar o olhar do adolescente chama a atenção para uma outra dimensão importante das relações de classe: as mudanças no tempo. Como seria este documentário se fosse filmado nos oitenta ou noventa? Causaria tanto incomodo? Porque será que o filme é produzido quase ao mesmo tempo em que as demandas por paridade de tratamento 0 que são enunciadas há muitas décadas - se consolidaram agora na Emenda Constitucional n 72?

No filme, pelo menos um dos adolescentes consegue quebrar o filtro das naturalizações que encobre as injustiças da inferiorização do trabalho doméstico e se incomoda. É ele, o jovem Luiz Felipe, patrão de Lucimar, que lança a pergunta: *How many roads must a man walk down before you can call him a man?*